

UNIDADE 4 - Fatores de risco e teorias explicativas sobre o fenômeno da adolescência em conflito com a lei

Olá, agora vamos estudar a Unidade 4.

Parabéns, você já passou da metade dos estudos do Módulo I. Temos certeza de que está gostando e aprendendo bastante!

Vamos agora aos temas da Unidade 4.

Nesta unidade, abordaremos:

- * As compreensões que cercam a noção de risco e os fatores de risco e proteção na adolescência;
- * As teorias explicativas sobre o fenômeno da adolescência em conflito com a lei: vulnerabilidade e o conceito de resiliência; e
- * O controle social da pobreza.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

O desenvolvimento da pessoa: muitos caminhos

Leia o seguinte relato:

Uma senhora de meia idade escreve ao programa de rádio, no qual um psicólogo responde às queixas dos ouvintes. Ela comunica que sente sua liberdade e autonomia estão comprometidas pelo fato de os dois filhos solteiros, de 28 e 30 anos, não terem buscado uma vida autônoma, continuarem não somente a habitar com ela, mas a dependerem dela para todas as atividades domésticas. Ela os descreve como imaturos e inseguros e se diz arrependida hoje em dia por haver sido uma mãe zelosa e amorosa. Escuta do terapeuta da rádio que seus filhos padecem de “excesso de amor”, que o amor fartamente devotado pela mãe ao longo da vida impediu que os mesmos ousassem, errassem e acertassem, convertendo-os em pessoas temerosas da vida.

O caso brevemente relatado acima ilustra, tal como temos buscado enfatizar nas seções anteriores, que o desenvolvimento humano não é um processo simples, que toma uma única via. O mesmo fator que pode ser fonte de segurança e estabilidade para uns pode se converter em causa de insegurança e imaturidade em outros. Do mesmo modo, as mesmas circunstâncias que podem estar associadas e justificar desvios de conduta para uns são assimiladas por outros de uma maneira que não afeta negativamente o curso de seu desenvolvimento pessoal e social.

Argumentamos que o desenvolvimento humano pode seguir vários caminhos, de acordo com as experiências vividas e com o modo como a pessoa se posiciona em relação a tais experiências. Um dos principais desafios é compreender o comportamento de um e explicar por que determinadas pessoas e grupos se tornam mais vulneráveis a tropeçar diante dos obstáculos, enquanto outros se mantêm eretos. Nas últimas décadas, noções como as de risco, vulnerabilidade e resiliência têm se mostrado férteis na compreensão do problema da criminalidade.

A noção de RISCO

Verificamos, ao longo do século XX, uma alteração da orientação tomada nas políticas sociais. Essa mudança significou que as ações deixaram de focar as pessoas, como sujeitos individuais, e passaram a buscar atingir as populações, as massas, tomadas enquanto sujeito coletivo, que se necessitava manter sob controle em uma sociedade urbanizada, em expansão e cada vez mais complexa.

Sofisticaram-se em igual proporção os mecanismos de controle social, que passaram a ser exercidos sobre esse sujeito coletivo. Não mais bastavam as normas sociais. Era necessário criar dispositivos ainda mais finos para controlar a conduta dessa massa. A noção de risco surge nesse contexto e sugere um novo modo de se relacionar com a incerteza do futuro, com as fatalidades e os perigos do outro e da vida cotidiana. As dificuldades passaram a ser tratadas não mais como algo da ordem do acaso, mas da probabilidade, algo que passa a ter existência mesmo sem existir. Como exemplo, considere as seguintes afirmações: “Ao andar só em uma rua escura, à noite, você pode ser assaltado.” “As pessoas que andam sós, em ruas escuras ou em regiões violentas, após as 22h, tem x% a mais de probabilidade de serem assaltadas” (leia-se, do que se permanecessem em suas casas).

Nota-se que a primeira afirmação fala do possível, a segunda fala do provável. A construção objetivada do futuro contida na segunda afirmação confere realidade ao acaso, convertendo-o em objeto de previsão, gerenciamento e controle. Motiva o desenvolvimento de estratégias de prevenção, governando a ação individual em algumas direções enquanto a afasta de outras. A gestão dos riscos é um dos principais dispositivos presentes nas sociedades de controle.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

Risco e controle social na gestão da pobreza

No contínuo processo de complexificação das sociedades ocidentais, tomadas como sociedades de controle, a noção de risco se expandiu do imponderável para englobar também grupos e classes de pessoas. Termos como “famílias de risco”, “crianças de risco”, “grupos de risco” se alargaram, favorecendo a aproximação entre perigo e pobreza antes inexistente (fenômeno que abordamos de modo introdutório quando tratamos da relação entre Estado e famílias pobres, na Unidade 2 deste Módulo).

O trabalho de Coimbra (2001) trata da produção social das classes perigosas. A autora aborda o fenômeno pelo qual a sociedade promove a associação cada vez mais íntima entre a condição de pobreza e estados como a ociosidade, lascívia, preguiça, mendicância, decadência moral, usurpação e ameaça. Semelhantes representações sobre a pobreza justificaram as políticas e ações governamentais juntos às famílias e às crianças pobres durante cerca de um século, no Brasil, caracterizadas como compensatórias e orientadas à prevenção e à proteção do futuro das crianças; políticas e ações que afastavam as crianças de seus progenitores, reduzindo o que era considerado uma influência maléfica exercida pelas famílias sobre as mesmas.

A crítica a essa orientação, especialmente no contexto democrático que culminou na redação do ECA, promoveu um deslocamento de significado, no qual se substituiu o termo “de risco”, como qualificativo de grupos e classes, para o termo “em situação de risco”. Buscava-se com isso destacar que não são os grupos a fonte de perigo, mas os contextos de pobreza em que vivem, cujas privações e faltas, ali identificadas, impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades dessas populações.

Embora o ECA não trate do termo risco, ele se refere indiretamente ao tema, particularmente quando aborda as políticas de proteção e a violação de direitos sociais de crianças e adolescentes.

VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA: PROCESSOS COMPLEMENTARES

Os conceitos de risco, vulnerabilidade e resiliência mantêm profunda interrelação.

Vulnerabilidade pode ser didaticamente caracterizada como resultando da interação entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos, por um lado, e a capacidade humana de responder às crises sociais, por outro. Grupos que detêm melhores recursos respondem melhor às crises, sendo o inverso também verdadeiro. Como construto sociológico, a ideia de vulnerabilidade tem sido útil nos estudos sobre pobreza e desenvolvimento, esclarecendo que a superação da desigualdade social envolve muito mais mudanças do que apenas recursos econômicos. Em outras palavras, os programas de renda mínima, modelo de assistência altamente priorizado no Brasil, embora importantes, não são suficientes para alterar a condição de exclusão social das famílias assistidas.

O conceito de resiliência provém das ciências físicas e, nesse contexto, refere-se à capacidade de um material absorver energia sem deformação plástica. Um exemplo é a espuma, ou a lâmina E.V.A.: ainda que eles possam se deformar mediante pressão, rapidamente voltam à sua forma original.

Em Psicologia, este conceito se refere à capacidade humana de absorver eventos estressores, mantendo o equilíbrio adaptativo e, mais, podendo se desenvolver e se fortalecer a partir do enfrentamento de tais experiências adversas. A resiliência nos ajuda a compreender, por exemplo, porque mesmo diante de complexas situações adversas, escassas oportunidades e experiências psicossociais potencialmente negativas, tais como crises sociais e catástrofes, algumas pessoas e grupos se mantêm em uma trilha de desenvolvimento ajustado e adaptativo.

A resiliência não se reduz apenas às características individuais da pessoa. Ela tem relação com, pelo menos, quatro fatores interdependentes:

- (1) as características individuais da pessoa;
- (2) a estrutura de oportunidades ofertadas pelo contexto de vida da pessoa;
- (3) a qualidade, a duração e a intensidade dos eventos estressores vivenciados;
- (4) a relação dos três fatores anteriores com a dimensão do tempo: a representação sobre o vivido e as perspectivas de futuro.

Assim, um evento que poderia ter efeito desorganizador (fator 2) da pessoa quando jovem (fator 1), pode ser bem assimilado à sua estrutura pessoal quando é mais velha (fator 4). Mesmo uma experiência pessoal dolorosa prolongada pode ter seu impacto negativo sobre a pessoa reduzido, se ela pode contar com uma rede social de apoio (fator 2), com equipamentos sociais adequados (fator 3) ou com mecanismos sociais compensatórios – tais como programas de reinserção laboral, de acompanhamento de egressos do sistema penal, de atendimento educacional no contraturno escolar, por exemplo.

As características específicas e a interação entre esses aspectos se traduzem, na prática, em fatores de risco e fatores de proteção.

RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO

Compreendemos como fatores de risco os aspectos experienciais representados como negativos que contribuem para ampliar a vulnerabilidade de pessoas e grupos, tornando-os mais expostos a comportamentos e posicionamentos sociais pouco adaptativos. A exposição continuada a fatores de risco aumenta a probabilidade de problemas de saúde, emocionais e comportamentais.

De modo diverso, os fatores de proteção são os aspectos que melhoram o sentido que as pessoas dão às experiências, colaboram para o bem-estar e a resiliência e melhoram a saúde mental. Nesse sentido, fatores de proteção atuam para o empoderamento das pessoas e grupos, tornando-os melhor preparados para lidar com as adversidades.

Ao longo da vida, o jogo entre fatores de risco e de proteção pode ter papel determinante na definição das trajetórias de desenvolvimento (ver Unidade 3 deste Módulo), ajudando-nos a compreender tanto trajetórias de desenvolvimento socialmente ajustadas como trajetórias associadas à criminalidade.

Sabemos que fatores de risco e de proteção envolvem aspectos que se relacionam de modo complexo. Nem todos são passíveis de controle. Ainda assim, a educação, em geral, e a experiência socioeducativa, em particular, deveriam contribuir para fortalecer os fatores de proteção ao colaborar na redução dos fatores de risco a que os adolescentes estão expostos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

UNIDADE 4 – leitura complementar para aprofundamento

Se você se interessou pelo tema da Unidade e deseja se aprofundar nele, sugerimos que você leia o livro abaixo:

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte